

ESBOÇO DE UM QUADRO HISTÓRICO
DOS PROGRESSOS DO ESPÍRITO HUMANO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ESDRAS RODRIGUES SILVA – GUITA GRIN DEBERT

JOÃO LUIZ DE CARVALHO PINTO E SILVA – LUIZ CARLOS DIAS

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES – SEDI HIRANO

CONDORCET

ESBOÇO DE UM QUADRO
HISTÓRICO DOS PROGRESSOS
DO ESPÍRITO HUMANO

TRADUÇÃO

CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE MOURA

EDITORA UNICAMP

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

C754e Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquis, 1743-1794.
Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano / Condorcet; tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

1. Filosofia francesa. 2. Espírito. I. Título.

20 CDD 194
128.2

ISBN 978-85-268-1027-3

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia francesa	194
2. Espírito	128.2

Título original: *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*

Copyright © 2013 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1993

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
ESBOÇO DE UM QUADRO HISTÓRICO DOS PROGRESSOS DO ESPÍRITO HUMANO.....	19
PRIMEIRO PERÍODO Os homens estão reunidos em povoados.....	31
SEGUNDO PERÍODO Os povos pastores. Passagem desse estado àquele dos povos agricultores.....	37
TERCEIRO PERÍODO Progressos dos povos agricultores até a invenção da escrita alfabética..	43
QUARTO PERÍODO Progressos do espírito humano na Grécia até a época da divisão das ciências por volta do século de Alexandre.....	59
QUINTO PERÍODO Progressos das ciências desde sua divisão até sua decadência.....	73
SEXO PERÍODO Decadência das luzes até sua restauração por volta da época das Cruzadas.....	95

SÉTIMO PERÍODO

Dos primeiros progressos das ciências, quando de sua restauração no Ocidente, até a invenção da tipografia 107

OITAVO PERÍODO

Da invenção da tipografia até a época em que as ciências e a filosofia abalaram o jugo da autoridade 117

NONO PERÍODO

De Descartes até a formação da República Francesa..... 141

DÉCIMO PERÍODO

Dos futuros progressos do espírito humano 189

APRESENTAÇÃO

O *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* foi escrito em circunstâncias trágicas. Em 1793, ano decisivo para os destinos do movimento revolucionário, Condorcet redige, juntamente com Thomas Paine, um projeto de constituição que é apresentado à Convenção em fevereiro. Discutido em abril, o projeto é abandonado, e em junho é um outro texto que é votado e aprovado. Indignado, Condorcet publica um panfleto contra a constituição aprovada, intitulado “Advertência aos franceses sobre a nova constituição”. Segundo Michelet, Condorcet dava a entender indiretamente em seu panfleto que a constituição que havia sido preferida àquela que estava em seu primeiro projeto era uma armadilha, um meio hábil de organizar a ditadura¹.

Denunciado em julho, tem sua prisão decretada e se refugia na casa de uma amiga em Paris. Fica escondido até março do ano seguinte, e é nesse período de inquietações e temores, clandestino, que escreve o seu *Esboço*, que, curiosamente, é marcado por um inacreditável otimismo histórico. Quando deixa o refúgio, é preso imediatamente e morre na prisão em circunstâncias obscuras. No

1 Michelet, *Histoire de la Révolution Française*, t. II, Paris, Robert Lafont, 1979, p. 762.

ano seguinte, a própria Convenção, que o havia condenado, decide comprar toda a tiragem de três mil exemplares da edição do *Esboço*, que a mulher de Condorcet havia mandado publicar, e ordena sua distribuição às escolas francesas, como um “livro clássico do filósofo infortunado”.

A perspectiva do quadro histórico de Condorcet é a de que os progressos do espírito humano fornecem o fio condutor da história. A ideia de progresso, embora ambígua, é uma das mais familiares ao século XVIII. Um dos elementos constitutivos dessa ideia é a certeza de que existe uma lei do progresso, entendendo-se por isso a necessidade, determinada por certos fatores, pela qual o homem, em sua história, passa por diversos estágios de desenvolvimento. Esse desenvolvimento manifesta uma regularidade, que se apresenta no passado e é aplicável também ao futuro. A continuidade da história é fundada nessa necessidade e se traduziria pela superioridade dos estágios posteriores em relação aos anteriores. Ela define também a direção e o sentido da história: a afirmação progressiva da razão humana e suas realizações. Assim, é a acumulação dos conhecimentos humanos que forma a dinâmica da história.

Nessa perspectiva, a ideia de progresso no século XVIII efetua um juízo de valor sobre a época, considerando o século como superior aos que o antecederam. A própria condenação da ignorância e do obscurantismo do passado, tão comum nos textos iluministas, implica esse juízo de valor. A superioridade do presente situa-se exatamente no caráter “filosófico” do século, nas novas aquisições da ciência, no desenvolvimento das artes, da literatura, no triunfo sobre os preconceitos.

Ainda um outro aspecto da ideia de progresso: afirma-se que as coisas naturais e o mundo social podem ser objeto da ação humana racional visando à sua transformação. Se é possível construir o futuro, o progresso é a realização dos ideais da razão. Desse modo, estabelece-se uma correspondência entre o desenvolvimento da

razão, o aperfeiçoamento dos homens e a construção de uma sociedade mais feliz.

A concepção de história que está presente na *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert é solidária a essa ideia de progresso. A periodização da história efetuada por d'Alembert no *Discurso preliminar* indica claramente que estamos diante de uma concepção histórica de caráter intelectualista e cultural. Houve, segundo d'Alembert, a Antiguidade, cuja sabedoria é louvável, é certo. Em seguida, os homens mergulharam num período de trevas e de ignorância, que foi a Idade Média, da qual só conseguiram sair muitos séculos depois, guiados pela mão dos antigos: temos o Renascimento. Finalmente, os modernos mediram suas distâncias com os antigos, e no século XVII, com as obras de Bacon, Descartes, Locke e Newton, abre-se uma nova era da história dos homens. De fato, para d'Alembert, as mudanças que se esboçavam do Renascimento só se completaram no século XVII, chamado "grande século", do qual o Século das Luzes, o XVIII, é o herdeiro. A história dos progressos do espírito humano tem, pois, segundo os enciclopedistas, uma trajetória linear, que, todavia, contém uma espécie de lapso ou interrupção, que foi a Idade Média, época estéril, na qual faltava, sobretudo, a liberdade de pensar, condição dos progressos da razão.

Voltaire, em seu *O século de Luís XIV*, divide a história em quatro grandes épocas, ou quatro grandes séculos. O primeiro deles é o século de Felipe e Alexandre. Sua superioridade em relação aos outros se deve aos homens ilustrados que produziu: Péricles, Demóstenes, Aristóteles, Platão. Contudo, sua glória permaneceu confinada às fronteiras da Grécia. O segundo grande século é o de Augusto. As causas de sua superioridade são da mesma natureza que aquelas do século alexandrino: nele viveram e produziram suas obras grandes filósofos, como Cícero, historiadores, como Tito Lívio, poetas, como Horácio e Ovídio. Mas aqui, também, enquanto o Império romano florescia, o resto do mundo ainda permanecia na barbárie. O terceiro grande século merece de Voltaire

um destaque especial: é o Renascimento. Com a proteção dos Médici, as artes floresceram. É a época de Ticiano, Michelangelo, Tasso, Ariosto. A arquitetura renovou-se. Tudo no século tendia para a perfeição. Enfim, o quarto grande século, o de Luís XIV, é superior aos outros três porque, enriquecido por tudo o que o precedeu, não ficou apenas limitado à França, mas estendeu-se a todas as nações da Europa. O século XVII é para Voltaire a época privilegiada, na qual ocorreu uma grande revolução nas artes, nas ciências, nos costumes, no governo. Portanto, também para Voltaire a história é entendida como história dos progressos do espírito humano. Embora sua perspectiva seja linear, admite também, tal como d'Alembert, períodos de interrupção, nos quais a razão humana se desenvolve mais lentamente, ou mesmo épocas em que o espírito humano recai na ignorância.

Condorcet, considerado *le dernier des philosophes*, o último dos enciclopedistas, retoma, no *Esboço*, o projeto de Voltaire de uma história dos progressos do espírito humano. Numa espécie de justificação que havia começado a escrever em seu esconderijo, e que deveria servir de defesa contra as acusações que lhe eram feitas no momento, Condorcet afirmava que o estado de aperfeiçoamento de seu tempo não poderia mais ser interrompido, a não ser que houvesse alguma catástrofe mundial. Caberia aos homens que tivessem cultivado sua razão pelo estudo e pela meditação a tarefa de acelerar esse progresso, que por si só era inevitável.

A ideia de escrever uma história dos progressos do espírito humano era acalentada por Condorcet havia muitos anos. Desde 1772, pensara num ensaio sobre a influência da invenção da imprensa sobre o desenvolvimento das ciências, e num outro, que consagraria à história da Academia de Ciências de Paris. Ambos os projetos acabaram não se realizando. Mas, em 1782, o discurso que proferiu na ocasião em que foi recebido na Academia já manifestava um dos traços fundamentais constitutivos da ideia de progresso no século, e que foi longamente retomada no *Esboço*:

trata-se da afirmação da superioridade do presente em relação às épocas do passado. Pela primeira vez, diz Condorcet, o sistema geral dos conhecimentos humanos foi desenvolvido, o método de descobrir a verdade tornou-se uma arte que se pode aprender, a razão encontrou, enfim, o seu caminho. O gênero humano não cairá mais na obscuridade. Não está mais em poder de homem algum apagar essa chama. O século é, portanto, uma época feliz, na qual a razão saiu vitoriosa na luta contra a ignorância. Os séculos seguintes só lhe acrescentarão novas luzes, e o progresso só terminará com o mundo. Seu limite é a duração do universo.

O *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* é desenvolvido a partir de duas ideias fundamentais: o homem é um ser indefinidamente perfectível, e a história mostra o seu aperfeiçoamento, o que permite pensar em sua continuidade. Assim, uma vez tendo reconhecido a lei que rege a história dos homens, que é a da perfectibilidade indefinida, o dever dos filósofos, e particularmente dele, Condorcet, é o de trabalhar não apenas para garantir o curso do progresso, mas sobretudo para acelerá-lo.

Sabemos, contudo, que o século XVIII não foi, na sua totalidade, animado por um otimismo tal como o de Condorcet. Mesmo nas obras em que se exprime a certeza da superioridade da época em relação às anteriores, sempre está presente a antiga ideia do envelhecimento das coisas humanas. As mais altas realizações dos povos estão fadadas a perecer sob o efeito de “revoluções” inevitáveis. O tema está presente tanto em d’Alembert quanto em Diderot. Lembremos, ainda, o tema clássico da decadência dos impérios, tão longamente tratado no trabalho de Montesquieu sobre a história do império romano.

Além disso, o conceito de perfectibilidade no século foi elaborado por Rousseau no interior de uma concepção da história humana absolutamente contrária ao otimismo da ideologia do progresso. No *Discurso sobre as ciências e as artes*, Rousseau considera que o efeito do desenvolvimento das ciências e das artes não é po-

sitivo. Ao contrário, a aventura da civilização se mostra como um processo de degeneração progressiva do homem. O conceito de perfectibilidade, introduzido no *Discurso sobre a origem da desigualdade*, tem um papel fundamental na antropologia de Rousseau. “Qualidade muito específica”, “faculdade quase ilimitada”, a desigualdade distingue o homem do animal e, com a intervenção das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras faculdades. Mas esse processo de aperfeiçoamento é ao mesmo tempo um processo de degeneração. Rousseau não nega a continuidade da história. Ela é a continuidade da civilização, mas é precisamente a civilização que aliena o homem da natureza. Para Rousseau, a categoria do progresso não dá conta do sentido da história. O final do *Segundo discurso* é incisivo: a desigualdade entre os homens tira sua força e seu crescimento exatamente dos progressos do espírito humano. Ao criticar a ideia de progresso, Rousseau dissocia os valores que lhe são correlatos, coloca em questão os meios e os fins, e mostra as contradições de um processo que seus contemporâneos consideram positivo. Sua crítica, então, efetua uma avaliação do presente exatamente inversa àquela de Condorcet. Se o progresso do espírito humano é ao mesmo tempo uma degeneração, o passado é superior ao presente. Mesmo considerando a Antiguidade, os graus de civilização correspondem a graus de degeneração. Atenas, florescente, civilizada, culta, é o domínio da aparência, da falsidade, da corrupção. Esparta, rústica, primitiva, é o lugar da verdadeira virtude.

Condorcet, mais de 20 anos após a publicação dos dois discursos, responde a Rousseau no *Esboço* ao afirmar que a liberdade, as artes, as luzes contribuíram para a amenização dos costumes; que os vícios dos gregos, tão frequentemente atribuídos aos progressos da civilização, eram os erros de séculos mais grosseiros; e que as luzes, a cultura das artes os temperaram, quando não puderam destruí-los. “Provaremos”, diz Condorcet, “que essas eloquentes declamações contra as ciências e as artes são fundadas

sobre uma falsa aplicação da história; e que, ao contrário, os progressos da virtude sempre acompanharam os progressos das luzes, assim como os progressos da corrupção sempre acompanharam a decadência. Então se verá que essa passagem tempestuosa e penosa de uma sociedade grosseira ao estado de civilização dos povos esclarecidos e livres não é uma degeneração da espécie humana, mas uma crise necessária na marcha gradual em direção ao aperfeiçoamento absoluto”.

Assim, na perspectiva do *Esboço*, uma verdadeira compreensão da história pode mostrar que, apesar das crises, a perfectibilidade humana se manifestou por um progresso geral. A história desse progresso geral é apresentada no *Esboço* dividida em dez épocas. Da primeira à nona épocas, Condorcet narra, ou diz que irá narrar, já que o *Esboço* é escrito inteiro no futuro, a trajetória que vai dos inícios hipotéticos até a época presente, ou seja, até o momento da Revolução Francesa. A décima época pretende mostrar que progressos a humanidade ainda poderá fazer no futuro. A nona época, que, segundo Condorcet, vai “de Descartes até a formação da República Francesa”, é definida como um tempo no qual a razão se liberta das correntes que a prendiam e pode, enfim, seguir o seu caminho. O período é marcado por três grandes acontecimentos, que são a difusão de uma nova filosofia, a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

De modo extremamente perspicaz, Condorcet, ao falar da filosofia das luzes, capta o que foi o espírito filosófico do século e a maneira pela qual os filósofos concebiam a sua própria atividade. Define os filósofos das luzes como uma classe de homens cuja maior preocupação era difundir a verdade e expulsar os preconceitos dos lugares nos quais eles se haviam refugiado, como as escolas, o governo, as corporações. Para isso, diz Condorcet, empregaram toda a sorte de instrumentos, as mais variadas armas: a erudição, o panfleto, a filosofia, a literatura. Atacaram a religião e

a tirania em seus próprios princípios, e proclamaram a independência da razão e o direito à liberdade de expressão.

Os filósofos das luzes criaram, assim, uma certa disposição dos espíritos que, difundida pouco a pouco em toda a Europa, mais cedo ou mais tarde iria provocar uma revolução. Ora, para Condorcet, o primeiro efeito dessa nova filosofia foi a independência americana. Foi então que se viu, pela primeira vez, “um grande povo, liberto de todas as suas correntes, dar-se a si mesmo a Constituição e as leis que julgavam mais apropriadas para a sua felicidade”. A Revolução Americana não é apenas a emancipação política das colônias britânicas, mas o momento histórico no qual os direitos dos homens e dos povos, até agora anunciados apenas nas obras dos filósofos, são de fato proclamados. Ela é também o sinal precursor dos acontecimentos que deverão em breve abalar a Europa.

Assim, a Revolução Francesa aparece como uma extensão de um movimento iniciado na América. A França, naquele momento, reunia uma série de condições que tornava o terreno propício para isso. Em primeiro lugar, era um país no qual o povo era um dos mais esclarecidos e, contudo, um dos menos livres; no qual os filósofos eram os melhores, e o governo, um dos piores; enfim, as leis francesas estavam tão abaixo do espírito público que não havia meios de os franceses se apegarem a elas. Essas contradições fizeram com que a França pudesse dar o primeiro passo na Europa em direção a uma revolução que “os amigos da humanidade”, diz Condorcet, “aguardavam com tanta esperança e impaciência”.

Embora apresentada como uma extensão da Revolução Americana, a Revolução Francesa, contudo, foi, na visão de Condorcet, mais completa, pois conseguiu atingir a massa popular. Enquanto a primeira foi mais pacífica, a segunda foi mais violenta. Mas, na medida em que conseguiu atingir o despotismo, a ignorância, a desigualdade, ela representou um progresso gigantesco para os homens. O reino da liberdade se instaura no meio de uma tempestade. Não é que Condorcet tenha apoiado todos os atos revolucionários.

rios. Ele se opôs, por exemplo, à condenação à morte de Luís XVI e aos massacres de setembro de 1792. Constata que a Revolução, acontecimento inevitável, tende a ser violenta. “Os franceses”, diz Condorcet, “atacaram ao mesmo tempo o despotismo dos reis, a desigualdade política das constituições livres apenas pela metade, o orgulho dos nobres, a dominação, a intolerância e a riqueza dos padres, os abusos do feudalismo”. Por essa razão sua revolução não poderia ser pacífica como a dos americanos. Mas é precisamente na tormenta que o progresso das luzes se acelera: a violência revolucionária é uma resposta à violência do despotismo.

Jean Jaurés, na sua *História socialista da Revolução Francesa*, assinala a serenidade de Condorcet em relação aos rumos necessários do movimento revolucionário. “Condorcet se esquece de si mesmo”, diz Jaurés,

e pensa na humanidade. Não maldiz essa revolução, da qual foi um dos mais nobres operários, e da qual vai ser, ou já é, uma das primeiras vítimas: ele não se desespera. Não a reduz nem a incidentes momentâneos nem a instintos locais. Aos seus olhos, o que se denomina Revolução Francesa é apenas um episódio de uma revolução muito vasta que transformará todos os povos, a segunda parte de um prólogo que a Revolução Americana abriu e que se ampliará num drama universal².

Acontecimento, portanto, fundamental na aurora da liberdade, a Revolução Francesa anuncia os progressos futuros da espécie humana, descritos na última parte do *Esboço*. “Nossas esperanças”, diz Condorcet no início da Décima Época, “sobre o estado futuro da espécie humana podem se reduzir a três pontos importantes: a destruição da desigualdade entre as nações, os progressos da

2 Jean Jaurés, *Histoire socialiste de la Révolution Française*, t. VI, Paris, Éditions Sociales, 1972, p. 466.

igualdade no interior de um mesmo povo e, enfim, o aperfeiçoamento real do homem”.

É claro que, para nós, homens de hoje, dois séculos após a Revolução Francesa, o otimismo histórico de Condorcet pode parecer risível. Adorno e Horkheimer, no prefácio da *Dialética do esclarecimento*, assinalam que, embora, em princípio, a liberdade na sociedade seja inseparável do pensamento esclarecedor, o que a história mostrou é que se a filosofia, no século XVIII, conseguia triunfar sobre a ignorância e o obscurantismo apesar das perseguições, sob Napoleão ela já tinha mudado de lado. O positivismo, logo depois, usurpando a herança enciclopedista, associou-se a tudo aquilo contra o que os filósofos das luzes haviam lutado. Enfim, o que se vê é que, ao invés de entrar num estágio verdadeiramente humano, a humanidade está “se afundando em uma nova espécie de barbárie”³. Mas o próprio prefácio da *Dialética do esclarecimento* nos indica em que sentido vale a pena ler o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* de Condorcet: não se trata de conservar o passado, mas de resgatar a esperança que ele continha⁴.

Maria das Graças S. Nascimento
São Paulo, novembro de 1993

3 Adorno e Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, São Paulo, Zahar, 1985, p. 11 e ss.

4 Idem, p. 15.

ESBOÇO DE UM QUADRO HISTÓRICO DOS PROGRESSOS DO ESPÍRITO HUMANO

O homem nasce com a faculdade de receber sensações; de aperceber-se e de distinguir, nas sensações que recebe, as sensações simples das quais aquelas são compostas; de retê-las, de reconhecê-las, de combiná-las; de comparar entre si essas combinações; de apreender aquilo que elas têm de comum e aquilo que as distingue; enfim, de ligar signos a todos os objetos para melhor reconhecê-los e facilitar suas combinações novas.

Essa faculdade se desenvolve no homem pela ação dos objetos exteriores, quer dizer, pela presença de certas sensações compostas cuja constância, seja em sua identidade, seja nas leis de sua mudança, é independente dele. Ela se desenvolve igualmente pela comunicação com indivíduos semelhantes a ele; enfim, por meios artificiais que os homens conseguem inventar após os primeiros desenvolvimentos dessa mesma faculdade.

As sensações são acompanhadas de prazer e de dor, da mesma forma, o homem tem a faculdade de transformar essas impressões momentâneas em sentimentos duráveis, doces ou penosos; de experimentar esses sentimentos através da visão ou da recordação dos prazeres ou das dores dos outros seres sensíveis. Enfim, dessa

faculdade, unida àquela de formar e de combinar ideias, nascem, entre ele e seus semelhantes, relações de interesse e de dever, às quais a própria natureza liga a porção mais importante, a mais preciosa de nossa felicidade e os mais dolorosos de nossos males.

Se nos limitamos a observar, a conhecer os fatos gerais e as leis constantes que o desenvolvimento dessas faculdades apresenta, naquilo que há de comum aos diversos indivíduos da espécie humana, essa ciência tem o nome de metafísica.

Mas, se consideramos esse mesmo desenvolvimento em seus resultados, relativamente aos indivíduos que existem na mesma época, em um dado espaço, e se o seguirmos através de gerações, ele apresenta agora o quadro dos progressos do espírito humano. Esse progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado desse desenvolvimento, considerado ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos em sociedades. Mas o resultado que cada instante apresenta depende daquele que os instantes precedentes ofereciam; ele influi naquele dos instantes que devem segui-lo.

Esse quadro é, portanto, histórico, já que, sujeito a perpétuas variações, ele se forma pela observação sucessiva das sociedades humanas nas diferentes épocas que elas percorreram. Ele deve apresentar a ordem dessas mudanças, expor a influência que cada instante exerce naquele que o substitui e mostrar, assim, nas modificações que a espécie humana recebeu, sendo renovada sem cessar no meio da imensidão dos séculos, a marcha que ela seguiu, os passos que ela deu em direção à verdade ou à felicidade. Os resultados que ele apresenta conduzirão, em seguida, aos meios de assegurar e de acelerar os novos progressos que sua natureza ainda lhe permite esperar.

Tal é a meta da obra que empreendi, e cujo resultado será mostrar pelos fatos, assim como pelo raciocínio, que a natureza não indicou nenhum termo ao aperfeiçoamento das faculdades huma-

nas; que a perfectibilidade do homem é realmente indefinida; que os progressos dessa perfectibilidade, doravante independentes da vontade daqueles que desejariam detê-los, não têm outros termos senão a duração do globo onde a natureza nos lançou. Sem dúvida, esses progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada, enquanto a terra ocupar o mesmo lugar no sistema do universo e enquanto as leis gerais desse sistema não produzirem nem uma desordem geral, nem mudanças que não permitiriam mais à espécie humana conservar aqui as mesmas faculdades, desdobrá-las, encontrar aqui os mesmos recursos.

O primeiro estado de civilização em que se tenha observado a espécie humana é aquele de uma sociedade pouco numerosa de homens subsistindo da caça e da pesca, conhecendo apenas a arte grosseira de fabricar suas armas e alguns utensílios domésticos, de construir ou de escavar habitações, mas tendo já uma língua para comunicar suas necessidades, um pequeno número de ideias morais, das quais eles deduzem regras de conduta comum, vivendo em famílias, conformando-se a usos comuns que lhes fazem as vezes de leis e tendo até mesmo uma forma grosseira de governo.

Sente-se que a incerteza e a dificuldade de prover à sua subsistência, a alternância necessária entre uma fadiga extrema e um repouso absoluto não permitem nesse estado o ócio, em que o homem, abandonando-se às suas ideias, enriquece sua inteligência com combinações novas. Os próprios meios de satisfazer às suas necessidades são muito dependentes do acaso e das estações, para excitar utilmente uma indústria cujos progressos se possam transmitir; e cada um se limita a aperfeiçoar sua habilidade ou sua destreza pessoais.

Nessa época, os progressos da espécie humana devem ter sido muito lentos; ela só podia progredir de tempo em tempo e quando era favorecida por circunstâncias extraordinárias. Todavia, à subsistência extraída da caça, da pesca ou dos frutos espontaneamente

oferecidos pela terra, vemos suceder a alimentação produzida pelos animais que o homem aprende a reduzir ao estado de domesticidade, a conservar, a alimentar, a multiplicar. A esses meios se une uma agricultura grosseira; ele não se contenta mais com os frutos e as plantas que encontra; ele aprende a formar provisões, a juntá-las em torno de si, a semeá-las ou a plantá-las, a favorecer sua reprodução pelo trabalho da cultura.

A propriedade que, no primeiro estado, limitava-se àquela dos animais mortos por ele, de suas armas, de suas redes, dos utensílios de seu lar, torna-se, em primeiro lugar, a propriedade de seu rebanho, e em seguida a propriedade da terra que ele arroteou e que cultiva. Essa propriedade se transmite à família por ocasião da morte de seu chefe. Alguns possuem um supérfluo suscetível de ser conservado. Se este é absoluto, ele faz nascer novas necessidades; se ele só ocorre para uma única coisa, enquanto se sente a carência de outra, essa necessidade dá a ideia das trocas. A partir de então, as relações morais se complicam e se multiplicam. Uma segurança maior, um ócio mais certo e mais constante permitem entregar-se à meditação, ou pelo menos a uma observação contínua. Para alguns indivíduos, introduz-se o uso de dar uma parte de seu supérfluo em troca de um trabalho que, até certo ponto, serve para que eles mesmos se dispensem de trabalhar. Existe, então, uma classe de homens cujo tempo não é absorvido por um labor corporal e cujos desejos se estendem para além das simples necessidades. A indústria (desperta); as artes já conhecidas se estendem e se aperfeiçoam; os fatos que o acaso apresenta à observação do homem mais atento e mais exercitado fazem desabrochar as novas artes; os homens se multiplicam (na medida em que os meios de viver se tornam menos perigosos e menos precários); a agricultura, que pode alimentar um maior número de indivíduos no mesmo terreno, substitui os outros meios de subsistência: ela favorece esta multiplicação que, reciprocamente, acelera os progressos; as ideias adquiridas se comunicam mais prontamente e se perpetuam mais se-